

A “Indústria do Anticomunismo”: Ditadura Militar e o socialismo cubano nas páginas de O Globo (1965-1989)

Iago Brasileiro da Silva Rocha

Universidade Estadual de Goiás
Morrinhos - Goiás - Brasil
iago.brasileiro10@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objeto de estudo o jornal O Globo, dentre os anos de 1965-1989, que marcou o período de fortes embates político-ideológicos da Guerra Fria (1947-1991) na América Latina e Brasil. Nessa perspectiva, o nosso objetivo foi investigar o jornal e suas inclinações. Nossa hipótese é que: suas tiragens se caracterizavam como um recipiente por onde passava o pensamento elitista, no qual o discurso de legitimação do capitalismo e desarticulação do modelo socialista/comunista tinha lugar de prestígio. Nossa principal fonte vem do próprio acervo do jornal. Para a problematização desde *corpus* documental, utilizamos o conceito gramsciano de “aparelho privado de hegemonia” (APH). Portanto, nesse itinerário de investigação identificamos seu pensamento burguês e, sobretudo, o seu anticomunismo.

Palavras-chave: O Globo. Anticomunismo. APH. Ditadura Militar. Socialismo cubano.

Considerações Iniciais

Este artigo tem como finalidade apresentar um estudo acerca do anticomunismo no jornal O Globo, dentre os anos de 1965 e 1989. Esta pesquisa se encontra no tema do anticomunismo, que foi o discurso endossado pelas elites (econômicas, políticas e militares) alegando um suposto “perigo” de dominação e doutrinação comunista no país, que encontrou terreno fértil nesse período que constituiu a instauração da Ditadura Militar (1964-1985) e o advento da disputa político-ideológica da Guerra Fria (1947-1991). Tal discurso era apenas um pretexto para escamotear as reais intenções da elite brasileira, que era o de alijar as classes populares de participação das tomadas de decisões no campo político e, sobretudo, desarticular as oposições ao capitalismo.

Partindo desse ponto de vista, problematizamos O Globo como um “aparelho privado de hegemonia” (APH) das elites dirigentes (do anticomunismo). Portanto, foi necessário investigar quais são suas inclinações político-ideológicas e qual sua relação com o poder. Nesse sentido, a hipótese é que o jornal, historicamente, esteve alinhado com o poder do Estado e

com os anseios da burguesia nacional, então fazendo de suas tiragens um recipiente por onde passava o pensamento elitista, no qual o discurso de legitimação do capitalismo foi hipertrofiado e, por outro lado, o modelo socialista/comunista foi esvaziado, atacado e criticado de forma contundente. Isto acabou permitindo um “gerenciamento” da opinião pública com o propósito de criar uma “ideia de consenso geral” em torno do capitalismo, como o único modo possível de organização da vida social e econômica e, sobretudo, não restando espaço para outras formas que diferissem dessa prática do “pensamento único” dos anos finais da Guerra Fria.

O objetivo geral foi investigar O Globo como um (APH) disseminador do pensamento elitista, que criou a “ideia de consenso geral” em torno do capitalismo. Para chegar a esse resultado foi preciso traçar objetivos com caráter mais específicos, bem como: analisar suas raízes, identificar suas posições e relações com o governo dos militares; no pós-ditadura seu pendor de viés neoliberal, e seu anticomunismo presente nas matérias.

O recorte de pesquisa foi feito nas fontes, de 1965 (por marcar o primeiro aniversário do Golpe de 64) a 1989 (ano de efetiva reabertura política no país, marcado por forte presença do discurso neoliberal na imprensa). Em relação à natureza das fontes, trabalhamos com um *corpus* documental de fontes jornalísticas. Utilizamos o Acervo Digital O Globo, onde foi feita uma seleção de fontes, privilegiando a presente temática.

A parte teórico-conceitual que adotamos para investigar o anticomunismo vem do termo “aparelho privado de hegemonia” (APH)¹, que é um conceito da teoria gramsciana que tomamos por empréstimo para problematizar a atuação de O Globo na busca de construir consenso sob o capitalismo, como o “ideal” de organização da vida social e econômica a partir de uma tentativa de “gerenciamento” da opinião pública. Sobre tal conceito, valem as observações de Virginia Fontes (2010), para quem os APHs são instituições vindas da sociedade civil que emergem da necessidade de organização para defender seus interesses de classe que, por sua vez, são ocultados, ou seja, negam ter posições políticas e cultivam certa

¹ Esse termo é derivado do “aparelho hegemônico” de Gramsci: “[...] expressão não muito presente, mas que aparece em vários cadernos (Q 1, 6, 7, 10 e 13) de épocas diferentes, incluindo dois textos de segunda redação (Q 10 II, 12 [CC, 1, 320] e Q 13, 37 [CC, 3, 92])” (LIGUORI, 2017, p. 75). Assim, o intelectual sardo não respondeu “[...] o que é o ‘aparelho hegemônico’? Como funciona? G. [Gramsci] não responde diretamente a essa pergunta, mas dá uma série de ‘pistas’ em alguns Textos B” (LIGUORI, 2017, p. 75). Portanto, leia-se: “A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica” (GRAMSCI, 1999, p. 320).

“neutralidade”. Os APHs são instituições que se manifestam através de diversos segmentos, como: partidos políticos, jornais/revista, associações culturais, igrejas, ONGs, etc.

No que diz respeito ao período histórico: Eric Hobsbawm (2019), Alberto Moniz Bandeira (2009), René Armand Dreifuss (1986) e Virgínia Fontes (2010) foram fundamentais para uma compreensão da “maquina” de propaganda em prol do capitalismo na América Latina e no Brasil nesse lapso de tempo da Guerra Fria. Sobre a historiografia do anticomunismo, temos como suporte os trabalhos de Rodrigo Patto Sá Motta (2002), (2010), (2013) e Marcos Vinícius Ribeiro (2018).

No tocante à metodologia que aplicamos para construção deste texto, partimos do cruzamento das fontes primárias com a historiografia sobre o tema, à luz dos conceitos apresentados. Em relação à literatura produzida sobre o objeto, é notável citar o trabalho de Edwaldo Costa (2014), “A Ditadura Brasileira No Tempo: um estudo dos discursos do jornal O Globo em 1964/1985 e 2014”, que fez uma investigação acerca do jornal no período do governo dos militares observando as suas inclinações pró-ditadura, com apoio incontestado, fazendo de seu espaço na grande imprensa um verdadeiro propagandista do regime autoritário.

Porém, é importante destacar que nosso artigo, além de observar O Globo no período dos militares, também procurou analisar as matérias pós-redemocratização, em específico as “visões” frente ao socialismo cubano, em um contexto marcado pela influência do neoliberalismo e pelo discurso burguês da “vitória” do capitalismo sobre o comunismo com a decadência da União Soviética nos anos de 1980 e 1990. Portanto, o jornal dava a entender que a própria esquerda estaria fora do “jogo político” ou até mesmo da própria história.

O artigo se encontra estruturado em três partes. Em relação à divisão: no tópico I procuramos recuperar o contexto histórico da Guerra Fria na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil, para uma compreensão da propaganda ideológica em prol do capitalismo e de deslegitimação do comunismo soviético na região; no tópico II, buscamos percorrer a trajetória de O Globo e suas posições político-ideológicas afinados com o discurso dos militares; por último, no tópico III, investigamos a “imagem” criada pelo jornal em suas páginas em relação ao socialismo cubano, no período que sucedeu a Ditadura Militar.

Contexto histórico: Guerra Fria na América Latina

A América Latina, historicamente, tem sido palco de disputas de todos os tipos de orientações, sejam elas: políticas, econômicas, ideológicas e sociais, em diversos momentos

históricos. No período da Guerra Fria (1947-1991) não foi diferente. Os embates ideológicos entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (que, supostamente, ensaiava uma guerra nuclear entre as superpotências) impactaram o campo político latino-americano, fortemente influenciado pelas doutrinas do Pentágono (sede do Departamento de Defesa dos EUA).

As disputas político-ideológicas travadas no território latino-americano vem desde a invasão da Baía dos Porcos (1961); Crise dos Mísseis (1962); os sucessivos golpes militares e instalações das ditaduras militares na região do Cone Sul: brasileira (1964-1985), argentina (1976-1983), uruguaia (1973-1985) e chilena (1973-1990); até a Revolução Cubana (1959) de caráter popular que ficou ligada, mesmo que de forma indireta, à influência do governo de Moscou, eventos esses ocorridos na segunda metade do século XX. Esse era o “pano de fundo” da América Latina no período da Guerra Fria. É notável o poder majoritário dos EUA, em termos de influência político-ideológica, nesse espaço.

As ditaduras na América Latina se caracterizam como intervenções golpistas em regimes democráticos populares eleitos pelo povo, a favor dos empreendimentos das elites dirigentes e, principalmente, norte-americanos. As três últimas décadas do século passado foram compostas por interferências estadunidenses na política interna de países marcados sob sua égide. Segundo Eric Hobsbawm (2019, p. 225), os países pós-coloniais (que incluem os países latino-americanos) não tinham clareza frente à formação do Estado-nação e da sociedade civil, que se tornaram campos férteis como zona de alinhamento ao bloco capitalista e, sobretudo, anticomunista.

O anticomunismo era o discurso central que justificava “a cruzada contra o ‘Império do Mal’” (HOBSBAWM, 2019, p. 245). Essa era a retórica utilizada para justificar a participação ativa dos militares, muitas vezes sob as orientações políticas vindas do Pentágono (como ocorreu nas ditaduras na região do Cone Sul) para intervir na política interna de seus respectivos países. Tal tradição foi “bem-sucedida” na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970, pautado na luta do “mundo livre” (capitalista) contra o “mundo totalitário” (socialista).

O impacto da Guerra Fria não era tanto a corrida armamentista, mas sim os embates ideológicos entre as grandes potências (EUA e URSS) que, por sua vez, orientavam as políticas de outros países do Terceiro Mundo. Neste período, “nos EUA os presidentes eram eleitos (como John F. Kennedy em 1960) para combater o comunismo” (HOBSBAWM, 2019, p. 234), bem como, posteriormente, em 1980, Ronald Reagan (1911-2004), que em sua era como

presidente de 1981 a 1989 foi combatente assíduo contra o comunismo na sua política diplomática. Um dos que melhor compreendeu o papel desempenhado pelas doutrinas do Pentágono, em territórios latino-americanos, foi o cientista político brasileiro, Alberto Moniz Bandeira (2009, p. 356), que asseverou que desde Kennedy:

Os Estados Unidos mais incentivaram as Forças Armadas da América Latina a participar da política interna em seus respectivos países. A Junta Interamericana de Defesa já aprovara, em dezembro de 1960, a Resolução XLVII, instituindo a doutrina da *Civic Action*, segundo a qual as Forças Armadas na América Latina, consideradas como o grupo profissional mais estável e modernizador deveriam ter maior participação 'no desenvolvimento econômico e social das nações', a fim de empreender as reformas necessárias e **evitar** o espraçamento da **revolução social**, que Cuba direta ou indiretamente encorajava. Daí o papel polícia atribuídos aos militares latino-americanos pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, como consequência da mutação na estratégia de segurança do Hemisfério (grifos nossos).

Partindo dessa assertiva, é válido ressaltar que a presença norte-americana na América Latina era superior à soviética, que teve relações próximas apenas com Cuba após a ascensão de Fidel Castro (1959). Desse modo, o que vigorou foi o discurso de “segurança nacional” contra o “perigo” de “bolchevização” dos países latino-americanos, através de Cuba. A corrida armamentista e a preparação de uma frente ideológica a partir de um consentimento ativo por parte das elites dirigentes (econômicas, políticas e militares) a favor da “pentagonização” no período de Guerra Fria (RIBEIRO, 2018, p. 112). Nesse sentido, Marcos Vinícius Ribeiro (2018, p. 120), oferece uma análise para compreender o conceito e atuação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), afirma que:

a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) estiveram entre as principais formulações contrarrevolucionárias do pós 2ª guerra. A DSN foi a linha de apoio estadunidense aos golpes civis-militares na América Latina durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. A DSN foi o mote de organização que conquistou “corações e mentes” dos militares. Ademais, instituiu práticas de combate ao comunismo por meio da ampliação da noção de “inimigo interno”. No Brasil, por exemplo, erigiu-se em 4 de abril de 1935, durante o primeiro governo de Vargas, a Lei de Segurança Nacional (LSN) ou “lei monstro”, que passou a punir “crimes contra a ordem política e social”, cujo método de atuação se baseava em “transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado (RIBEIRO, 2018, p. 120).

Essa visão dava subsídio para criar uma espécie de “Internacional Militar” contra qualquer tentativa de governos eleitos, democraticamente, que implementassem reformas de caráter popular e principalmente para, cada vez mais, alijar e isolar Cuba diplomaticamente em nível mundial. Tal doutrina converteu-se em uma espécie de *Think Tanks* (laboratório de ideias) com presença considerável das orientações do Pentágono e da Central de Inteligência Americana (CIA).

Segundo Moniz Bandeira (2003, p. 334), os EUA desenvolveram esse aparato ideológico na intenção de frear o avanço de governos reformistas que tinham certo timbre de soberania popular como o de João Goulart (1961-1964) no Brasil, Salvador Allende (1970-1973) no Chile, as guerrilhas em El Salvador (1980-1992), na Colômbia (1964-1966) e, principalmente, os de caráter alinhados ao socialismo, como o movimento sandinista na Nicarágua (1979-1990) e a Revolução Cubana (1959).

Não só as Forças Armadas latino-americanas travaram uma “cruzada” contra o “perigo vermelho”. René Armand Dreifuss (1986), em estudo minucioso em relação às táticas e estratégias do empresariado transnacional percebeu como a América Latina foi terreno fértil para absorver as ideias de uma espécie de “Internacional Capitalista”, criada com o propósito de reunir homens de “negócios” (empresários) e tomadores de “decisões” (políticos) por volta do mundo, em prol dos projetos capitalistas de seus grupos e, consequentemente, combater qualquer tipo de governo de viés popular ou socialista.

Existiam organizações anticomunistas por todo o mundo, na sua maioria em territórios asiáticos, como *Anti-Bolshevik Bloc of Nations* (ABN) criado em 1946, *Asian People's Anti-Communist League* (APACL) e a Liga Anticomunista Mundial (LAM), criada, em 1966, em Taiwan, que teve presença notável a partir de 1970 na região do Cone Sul, tornando-se “modelar” para a criação da Operação Condor ou *Plan Condor*, criado em 1975. Também a Aliança para o Progresso, criada por John F. Kennedy (1917-1963), que contou com a figura notável de Nelson Rockefeller (1908-1979) que, por sua vez, “foi implantada nos anos de 1960 na América Latina como uma medida de contenção frente à Revolução Cubana” (RIBEIRO, 2018, p. 113).

Esse modelo de organização do capitalismo se deu através de instituições como o *Council of Foreign Relations*, fundado em 1921, com sede em Nova Iorque e escritório em Washington, voltado a intervir em assuntos internacionais e na política externa; e o *Council for Latin American* (CLA), criado em 1965 pelo banqueiro David Rockefeller (1915-2017) (que, em 1981, passou a ser chamado de *Americas Society / Council of the Americas* (AS/COA), entidade que reunia empresários, na sua maioria, norte-americanos para tratar de investimentos em território latino-americano. Organização essa que agiu de forma dominante nos assuntos políticos e econômicos na América Latina, também caracterizando-se como aliado do combate ao comunismo nas décadas de 1960 a 1980. Em relação ao CLA, Dreifuss (1986, p. 173) advertiu que:

Ao longo de quase 20 anos de atuação em diversos países da América Latina, o *Council* utilizou um verdadeiro arsenal de recursos, inclusive os da mídia oral, escrita e visual, definidas de acordo com o público a ser atingido e o tipo de propaganda – geral ou seletiva – na televisão, nos jornais diários, nas revistas semanais, nos programas de rádio, panfletos, livros, revistas especializadas, outdoors, etc. dependendo do tipo de alvo, a mensagem podia ser preparada nas estufas ideológicas do *Council* e plantada nos meios de divulgação, ou até encomendada às empresas especializadas, às elites congêneres ou às associações empresariais vinculadas ao CLA (DREIFUSS, 1986, p. 173).

O papel propagandista do CLA na América Latina no período da Guerra Fria, o caracteriza como um “aparelho privado de hegemonia” (APH) formidável das elites dirigentes capitalistas, alinhadas ao *establishment* norte-americano, que marcou de ponta a ponta a disputa ideológica desigual em território latino-americano entre EUA e URSS. Nesse aspecto, Moniz Bandeira descreveu os rudimentos de tempos sombrios que estavam por vir, de uma onda conservadora, que se iniciou com:

A renúncia de Quadros, em 25 de agosto de 1961, e a subsequente tentativa de golpe militar contra a ascensão de Goulart ao governo configuraram não apenas um fenômeno interno do Brasil, mas a primeira manifestação mais espetacular de uma crise continental, que começava a estremecer os regimes democráticos na América Latina (BANDEIRA, 2009, p. 357).

Outra questão que ajuda a demarcar uma ofensiva conservadora foi logo após o fracasso da invasão da Baía dos Porcos (1961) pelo governo norte-americano. Os mesmos começaram uma retaliação, utilizando-se da Organização dos Estados Americanos (OEA), que dava um caráter “legal” à campanha institucional-diplomática. Portanto, “aplicaram pressões internas e externas contra os Estados latino-americanos no sentido de forçá-los a romper relações diplomáticas e comerciais com Cuba isolando o regime revolucionário de Fidel Castro” (BANDEIRA, 2009, p. 370). Ainda segundo Hobsbawm (2019, p. 236), o mundo Ocidental era brutalmente anticomunista desde a direita autoritária, passando pelos liberais, e até esquerda social-democrata. Instituições como a Igreja e partidos da ala católica eram antifascistas e, principalmente, anticomunistas. Procuravam fazer parte de uma posição “moderada”.

Para Carla Luciana Souza Silva (2005, p. 35), as décadas de 1960, 1970 e meados de 1980, o elemento unitário e justificador das ideias e práticas dos grupos empresariais, militares e políticos no período de Guerra Fria na América Latina foi a “ameaça comunista”². Discurso que ganhou força para mascarar as reais intenções desse conglomerado frente as suas intervenções em governos eleitos pelo povo democraticamente.

² Já na década de 1990, o discurso era de projeto de “modernização neoliberal”, que atendessem às demandas da globalização do mundo (SILVA, 2005, p. 35).

No Brasil, nesse decurso de tempo, à sua maneira, não foi diferente do restante dos países latino-americanos, no entanto, carrega suas peculiaridades. É possível observá-las a partir de diversos prismas. Uma das fórmulas salutares para analisar o caso brasileiro é a “revolução passiva”³ desenvolvida por Antonio Gramsci e adaptada à nossa realidade por Carlos Nelson Coutinho⁴. Aplicando-a para observar o *aggiornamento* do capitalismo brasileiro, isto é, os constantes processos de rearranjos e modernização-restauração feitas pelas elites dirigentes para implementar a conciliação “pelo alto”, que marca a história brasileira. Segundo o autor:

as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas “pelo alto” (COUTINHO, 2011, p. 45).

O Golpe, de 31 de março de 1964, é uma das expressões da “revolução passiva”, uma das soluções encontradas pelas elites (empresariais, militares e políticas) com o discurso de “modernização” do Estado que, historicamente, marcou a história da América Latina. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p.73), o argumento que dava certa legitimidade à intervenção militar na política brasileira era: 1) “a fragilidade da democracia”; 2) “a suposta fraqueza das instituições”; 3) “a infiltração comunista no aparelho de Estado”. Esses foram os argumentos centrais para a consolidação do que Dreifuss (1986, p. 220) nomeou de “golpe militar-empresarial”. As contradições em relação à suposta “defesa” da democracia e das instituições não se sustentaram, na medida em que os militares instalaram Atos Institucionais, como o AI-5 (1968-1979). Como descreveu Carlos Fico (2019, p. 66):

[...] o Conselho de Segurança Nacional aprovou o Ato Institucional n. 5 tornando perenes os poderes discricionários que atribuía ao presidente da República. O Congresso Nacional foi fechado [1968]. Pouco tempo depois, Costa e Silva faria um discurso dizendo: **“sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções dentro da revolução”** (grifos nossos).

³ Segundo o autor: “Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino” (GRAMSCI, 2002, v.5, p. 209-2010). Em outros termos, a “revolução passiva” é um processo que se constitui por forças revolucionárias e restaurativas. A primeira categoria, manifesta-se de maneira “tímida”, a segunda, aparece com preponderância.

⁴ Que é calcado nas leituras teóricas feitas de Vladimir I. Lênin, Georg Lukács (via prussiana) e, principalmente, de Antonio Gramsci (revolução passiva). Este último conceito parece prevalecer em suas últimas análises. Investigou a realidade brasileira a partir das “lentes” da “revolução passiva”. Como não é tema central deste trabalho, para uma compreensão pormenorizada, vale uma consulta às obras de Coutinho (1992, p. 212-125) e Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves (2017, p. 102-148).

A frase destacada acima de Costa e Silva (1899-1969) certifica a fórmula da “revolução passiva” para analisar o processo de “modernização-restauração” feito “pelo alto” como parecer ter sido o Golpe de 1964. Nas décadas seguintes, como observado por Dreifuss (1986, p. 204), o *Council* atuou patrocinando vários tipos de intercâmbios no campo acadêmico-estudantil. Desde a ida de estudantes brasileiros para os EUA para fazerem cursos de curta duração com a intenção de formar “possíveis futuros líderes”, até visitas em fábricas e na Bolsa de Valores. Tudo isso para “aperfeiçoar” a democracia e formar quadros anticomunistas. Desse modo, sua ideia de “golpe militar-empresarial” se tornou assertiva, ao passo que procuram criar uma “frente unida da empresa privada nacional e estrangeira” (DREIFUSS, 1986, p. 213). Assim, continua o autor: “o governo brasileiro está determinado a reforçar o setor privado e insiste que este setor faça, ele próprio, muito pelo seu fortalecimento” (DREIFUSS, 1986, p. 214). É importante notar que o CLA atuou na imprensa com objetivo de fortalecer a ideia do capital estrangeiro via empresas multinacionais, por exemplo, “a revista ‘O Cruzeiro’ publicou uma série de mais de 50 artigos sobre a contribuição da empresa estrangeira ao desenvolvimento brasileiro” (DREIFUSS, 1986, p. 206).

Esse era o panorama encontrado no Brasil dos anos de 1960 a 1980, regado de “sinistras representações do comunismo divulgadas e cristalizadas ao longo do tempo” (SÁ MOTTA, 2002, p. 74). Quem também compartilha dessa ideia é Virgínia Fontes (2010, p. 226), para quem “a forte influência estadunidense na difusão de estratégias e práticas (e recursos) de convencimento; o convencimento coligado à difusão do ‘medo social’ lastreado em virulento anticomunismo”. Nessa perspectiva, a imprensa brasileira foi fundamental para a consolidação do “golpe empresarial-militar”, com o objetivo de conquistar o poder do Estado “reformatando-o segundo seus interesses” (FONTES, 2010, p. 226). Sobre a relação entre capitais privados e a influência da imprensa norte-americana na brasileira, em visão retrospectiva:

O pano de fundo do avanço tecnológico da imprensa brasileira foi a entrada de empresas multinacionais, também na área da comunicação, no Brasil. A partir do final dos anos 1950 acelerou-se a expansão dos grupos *Time Life*, *Reader's Digest*, *Washington Post* (proprietário da *Newsweek*), em toda a Europa e também na América Latina. Essa expansão se deu ou pelo lançamento de revistas, ou pela associação com editoras locais. Como resultado temos a entrada no Brasil de revistas como *Marie-Claire*, *Elle*, *Cosmopolitan*, *House & Garden*, *Forbes*, *Business Week*, *Playboy* e revistas infantis de *Walt Disney*, algumas editadas no Brasil pela Abril (SILVA, 2005, p. 41).

Portanto, é nesse cenário que se constitui os chamados APH, em sua maioria para construir uma visão de mundo que expressasse os interesses dos grupos dominantes

(empresários, políticos, militares). A grande imprensa pode ser considerada como um formidável APH, que foi fundamental para a consolidação da ideia de “livre mercado” e de “democracia-liberal” (FONTES, 2010, p.224-225) e, sobretudo, que o povo deveria “lutar contra o perigo vermelho” (SÁ MOTTA, 2010 p. 20). Um dos notáveis APH que se destacou nos anos da Ditadura Militar (1964-1985) foi o jornal O Globo. Objeto de estudo de nosso próximo tópico para compreender a formação do imaginário social brasileiro anticomunista dos anos de 1960 a 1989.

O Globo: um jornal que equivale a um partido político

A história de O Globo iniciou-se em 25 de julho de 1925. A primeira edição circulou em um total de 33. 435 exemplares. Como lembra Edwaldo Costa (2014, p. 125), “Irineu Marinho ficou pouco tempo à frente do jornal, falecendo em agosto de 1925. Roberto Marinho, filho mais velho de Irineu, ainda era jovem para assumir a direção.” Assim, o jornal ficou sob a tutela do jornalista Eurycles de Matos (1894-1931). O Globo foi se desenvolvendo como a maioria dos jornais no Brasil, isto é, atrelado a grupos de interesses políticos, econômicos e ideológicos.

As concessões de canais não foram dadas na ditadura para O Globo (o apoio era dado apenas por convicção, por parte do jornal). Foi no governo de Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), em 1951, que o jornal recebeu seu primeiro canal de televisão e, posteriormente, em 1953, é cancelada a concessão por Vargas, que só voltaria à ativa em 1957. Porém, a TV Globo Rio de Janeiro só foi inaugurada em 1965, no governo dos militares (COSTA, 2014, p. 133-134).

Na década de 1950, O Globo se colocou contra Getúlio Vargas (1882-1954). Vargas até auxiliou Samuel Wainer (1910-1980) na criação do jornal Última Hora, com recursos do Banco do Brasil e com subsídio de empresas privadas para fazer um contraponto ao O Globo (COSTA, 2014, p. 127). Com a instabilidade do governo e pressões políticas vindo de todas as direções, Vargas se suicidou em 24 de agosto de 1954. O vice-presidente Café Filho (1899-1970) assumiu o governo até outubro de 1955. Dos anos de 1956 em diante foram decisivos na imprensa brasileira por dois aspectos: a entrada de empresas multinacionais para alavancar o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (JK) (1902-1976) e a influência dos padrões estadunidenses no campo do jornalismo, sempre com uma proposta modernizadora da

sociedade (SILVA, 2005, p. 37). As posições políticas do jornal começaram a ficar evidentes, como demonstra o seguinte trecho:

Os candidatos eram Juarez Távora e Milton Campos (UDN), Ademar de Barros e Danton Jobim (PSP), Juscelino Kubitschek e João Goulart (PSD) e Plínio Salgado (PRP). O Globo, nessa eleição, apoiou Juarez Távora e Milton Campos e criticou a candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart. O jornal chegou, inclusive, a publicar uma carta falsa do deputado argentino Antonio Brandi destinada a Jango, como a prova definitiva de que o vice-presidente pretendia implantar uma república sindicalista no Brasil. A correspondência também falava em contrabando de armas (COSTA, 2014, p. 131).

Esse tipo de postura passou a ser adotada pelo jornal. Constata-se que O Globo a partir desse período passou a ser uma espécie de bandeira do anticomunismo, valendo-se até mesmo de fatos inexistentes (como veremos adiante) para criar notícias falsas. Para Sá Motta (2002, p. 75), conduta como essas ajudaram a formar a “indústria do anticomunismo” no Brasil. Posteriormente, durante o governo de João Goulart (1961-1964), o que motivava essa atitude de parte da imprensa era “a desconfiança sobre as propostas reformadoras” implementadas pelo então presidente (SÁ MOTTA, 2002, p. 74). Nesse aspecto, após um ano do Golpe de 1964, O Globo demonstrou apreço comemorando o 1º aniversário do Golpe com letras garrafais no título de matéria de seu editorial:



Figura 1: O 1º aniversário do Golpe de 1964 (1965), chamado de “Revolução”

Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 01/04/1965, p. 23

Como advertiu Sá Motta (2013, p. 67), O Globo apoiou a “‘revolução’ decididamente, por sua repulsa aos rumos que parecia tomar o governo Goulart. A adoção da expressão ‘revolução’ (e eles não usavam *aspas*) revela o modo positivo como encararam o novo regime. Outra questão que nos chama a atenção era a forma que reproduziam os discursos e frases de impacto, de políticos que procuravam fazer do anticomunismo uma forma de gerar lucro em termos eleitorais, assim fazendo do jornal o recipiente por onde seus pensamentos passavam e ecoavam. Figuras destacadas na vida política brasileira valeram-se dessa artimanha, como Amaral Netto (1921-1995), Carlos Lacerda (1914-1977) e Ademar de Barros (1901-1969). Este último, em uma das colunas do jornal intitulada de “A Bolchevização”, foi mencionado: “mais adiante acentuou o S.R. Ademar de Barros: ‘[...] às ruas sob o estandarte da família com Deus

pela liberdade para o mais extraordinário repúdio à bolchevização de nossa terra” (O GLOBO, 1965b, p. 23). No entanto, esse combate ao comunismo em escala “industrial” não era somente por parte de O Globo, apenas o jornal servia como guarida para esse modelo de pensamento. Percebe-se que a frase emblemática no encontro da associação Tradição, Família e Propriedade (TFP), de São Paulo, dita por Erasmo Dias (1924-2010), candidato a deputado em 1978, em discurso contundente asseverou: “nunca fui industrial do anticomunismo, sou anticomunista por convicção, por fé, por formação, por ideologia e [...] inclusive por já ter pago na carne o preço de ser anticomunista” (DIAS, 1978 *apud* SÁ MOTTA, 2002, p. 72).

O Globo foi um dos recipientes por onde o pensamento conservador-autoritário passava e ganhava força (um verdadeiro APH, em termos gramscianos) para, então, alcançar “musculatura social”, ou seja, aceitação da sociedade. No governo dos militares o comunismo se tornou política de Estado. Nesse sentido, era uma “tática de nomear como comunista os anarquistas, os socialistas moderados, os trabalhistas, os nacionalistas conjurados, até mesmo os liberais avançados” (SÁ MOTTA, 2002, p.74). Foi uma estratégia utilizada sem levar em rigor o conceito em si, mas o objetivo não era esse, e sim o de demarcar o seu campo ideológico e, sobretudo, de colocar em ação “a prática comum do sistema de buscar ‘comunistas’ até de baixo da cama e vislumbrar em qualquer manifestação popular a mão oculta do comunismo” (DREIFUSS, 1986, p. 19). A aproximação do jornal e da Ditadura fica evidente, como demonstra o editorial intitulado “Exaltada a Revolução em Todo o País”, de 1º de abril de 1965, um ano após o golpe:

Com desfiles e atos cívicos e religiosos que deram às solenidades um ar de festa nacional, o Brasil comemorou, ontem, a passagem do primeiro aniversário da **Revolução** de 31 Março, que devolveu ao país o clima de **tranquilidade** e o repôs no seu destino de **nação democrática** que estava sendo solapada por elementos subversivos e corruptos (O GLOBO, 1965a, p. 23, grifos nossos).

Esse modelo de discurso demonstra como a ideologia opera. Era prática recorrente nas páginas do jornal as engenhosidades discursivas de combate a uma suposta “corrupção”, que não é esclarecida, de fato, do que se tratava. Por último, chama a atenção as ideias de “restaurar” a democracia no país através de um golpe de Estado que, segundo os militares e também endossado pelo O Globo era “em defesa da sobrevivência da democracia brasileira” (O GLOBO, 1965, p. 23). Nota-se o movimento da *novilingue*⁵, no que diz respeito aos conceitos de “democracia” e “revolução” que foram investidos.

⁵ Como assinalou Umberto Eco sobre esse conceito, trata-se de inverter o significado/semântica das palavras. Atividade comum de governos autoritários com traços fascistas (ECO, 2019, p. 58-60).

A marcha para a tomada do poder se inicia em 31 de abril de 1964, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O jornal sublinhou que “a cidade durante todo o dia de ontem num clima de festa e conagração, muito diferente daquele de há um ano, quando uma sombra de preocupação e dúvida sobre os destinos do país dominava todos os espíritos” (O GLOBO, 1965a, p. 23). O discurso era que “em 1964, naquela época, o país perdera a noção de moral” (O GLOBO, 1965a, p. 23). Portanto, a intervenção militar era um “movimento revolucionário que levantou o país contra os desmandos e objetivos comunizantes do governo passado” (O GLOBO, 1965a, p. 23). Desse modo, o perfil reformista de Jango foi atacado e, principalmente, era uma forma encontrada pelas “elites orgânicas”⁶ e dos militares de “desacreditar todo e qualquer processo de mudança social” (SÁ MOTTA, 2002, p. 74). Nesse aspecto, para Coutinho (2011, p. 62), essa é uma forma de exclusão das massas populares dos processos decisórios através da “revolução passiva”.

Um traço interessante da postura de O Globo em favor do regime dos militares é o seu “intimismo à sombra do poder”⁷, de uma apologia, aparentemente “neutra” de posições reacionárias (COUTINHO, 2011, p. 49-59). Nessa perspectiva, a “grande imprensa preferiu os riscos da intervenção militar às ameaças de um processo de esquerdização com apoio no

⁶ As “elites orgânicas”, necessariamente, não são todas as elites de todos os países. Geralmente, encontram-se nos grandes centros do capitalismo: Estados Unidos e Europa. Porém a partir desses centros elas se ramificam nos países de Terceiro Mundo, por exemplo, nas nações latino-americanas, onde empreendem um trabalho conjunto com as elites locais (com a burguesia nacional desses respectivos países) procurando organizar o capitalismo em uma rede internacional. Assim, “a elite orgânica tem funções conectivas e organizacionais, intervindo no interior das classes dominantes almejando uma articulação hegemônica e procurando regular relações conflitivas, visando a produção de coesão interna de classe” (DREIFUSS, 1986, 26). Desse modo, funcionando como “central de informações” e “laboratórios de ideias” (DREIFUSS, 1986, 26). Ainda segundo Dreifuss (1986, p. 26), “a elite orgânica se responsabiliza pela formulação e desenvolvimento de um discurso político-ideológico para o conjunto das classes dominantes, apresentado não só como interesses coletivo do capital, mas até da própria Nação. Nesse sentido, a elite orgânica é o agente ideológico e político de uma força social, [...] é a pensadora de uma classe – a ‘parcela esclarecida da burguesia’ – funcionando como ‘autoconsciência cultural e política’” (Cf. DREIFUSS, 1986, p. 21-31).

⁷ O conceito de “intimismo à sombra do poder”, expressão de Thomas Mann, recolhida por Lukács, ganhou lugar de prestígio no pensamento de Coutinho para interpretar as ideias e práticas da intelectualidade brasileira. Nesse sentido, tal fórmula não se resume apenas a investigação de intelectuais (ou grupos de intelectuais), mas, também, de instituições que produzem ideias (como jornais/revistas, partidos políticos, associações culturais etc.), que, por seu turno, influenciam a opinião pública. Para melhor compreensão do termo, nas palavras de Coutinho: “Esse ‘intimismo’ liga-se diretamente ao problema da ornamentalidade da cultura. O processo de cooptação não obriga necessariamente o intelectual cooptado a se colocar diretamente a serviço das classes dominantes enquanto ideólogo; ou seja, não o obriga a criar ou a defender apologias ideológicas diretas do existente. O que a cooptação faz é induzi-lo – através de várias formas de pressão, experimentadas consciente ou inconscientemente – a optar por formulações culturais anódinas, ‘neutras’, socialmente assépticas. O ‘intimismo à sombra do poder’ lhe deixa um campo de manobra ou de escolha aparentemente amplo, mas cujos limites são determinados precisamente pelo compromisso tácito de não pôr em discussão os fundamentos daquele poder a cuja sombra ele é livre para cultivar a própria ‘intimidade’” (COUTINHO, 2011, p. 48-49).

Estado, tendência que identificaram no governo deposto” (SÁ MOTTA, 2013, p. 67). E seu “intimismo” com o golpe era cultivado “à sombra do poder” dos militares, por sua vez, com:

editoriais e reportagens bastante engajadas em favor da “revolução”, que o jornal gostava de adjetivar como “democrática”. Mobilizado para ganhar a opinião pública em favor do novo regime, *O Globo* usou (e abusou) da estratégia de publicar matérias de tom alarmista que comprovariam os “crimes” atribuídos ao regime deposto, a saber, o envolvimento com o comunismo, notadamente o internacional, e os vínculos com a corrupção (SÁ MOTTA, 2013, p. 73).

O anticomunismo fabricado em escala “industrial” dava suposta legitimidade ao golpe na democracia e nas instituições brasileiras. O Globo como um AHP formidável durante a Ditadura reproduziam em suas páginas o pensamento dos militares, que era preciso “restaurar, no país, o império da ordem” e “os nobres ideais da Revolução de Março” (GLOBO, 1965a, p. 23). Em “Nota Oficial” do governo, no “primeiro aniversário da Revolução Democrática de 31 de março” (GLOBO, 1965a, p. 23), publicada pelo jornal, advertiu que:

Da subversão que a todos engolfá com conveniência do Governo de então, através da indisciplina e fomentada nas Forças Armadas; da inversão de valores no serviço público federal; do total desvirtuamento dos jovens nas escolas, em insistente campanha de desmoralização dos professores e da finalidade do ensino; de não menos total subserviência aos grupos de agitação **subversiva pró-comunização do País com a complacência direta do próprio Chefe do Governo** (GLOBO, 1965a, p. 23, grifos nossos).

Fica nítida a referência ao governo de Jango, como um período que deveria ser extirpado dos anais da história brasileira. Na medida em que se vê o discurso dos militares reproduzidos, na época, pelo O Globo, nota-se o combate ao suposto “comunismo janguista” que foi substrato para o pretexto de sua derrubada. Assim, aqueles que se colocaram a favor do golpe eram “defensores da tradição”, que procuraram eliminar as “doutrinas esdrúxulas” do marxismo (SÁ MOTTA, 2010, p. 21-24). Portanto, endossavam que, anteriormente a 1964, “a impunidade convidando a irresponsabilidade e a ameaça permanente de um grupo deseja entregar aos brasileiros um regime de subserviência e escravidão. Sem ter em conta as nossas tradições cristãs e a nossa vocação democrática” (GLOBO, 1965a, p. 23).

Em relação à opinião pública, O Globo procurou criar consenso entre o povo e a ditadura e, principalmente, em “revestir” o regime de “ares” democráticos. Para Sá Motta (2013, p. 74), “O Globo mostrava-se concorde com um regime ditatorial morno, capaz de conciliar autoritarismo com alguns resquícios de instituições liberais”. Desse modo, a “indústria do anticomunismo” foi ganhando força de parte da sociedade. Conforme lembrou Dreifuss (1986, p. 144), a falsa consciência de que o Golpe era para combater a corrupção e restaurar a democracia, pelo contrário, foi para frear a agenda reformista de Jango. “De

maneira semelhante, a natureza tecnocrática da tomada de decisões *no* e *do* aparelho estatal era coerente com a exclusão total dos setores populares” (DREIFUSS, 146, p. 146).

Do meio para o fim da Ditadura, em 1970 e 1980, iniciou-se com o general Ernesto Geisel (1907-1996) (com sua posse em 1974), um projeto de “abertura”, com a máxima que ficou conhecida como sendo um processo “lento, gradual e seguro” (FICO, 2019, p. 95). No entanto, o regime não deixou de ser bem-visto pelo O Globo, mesmo com a pressão das ruas pela reivindicação da reabertura democrática. Para Fontes (2010, p. 227), esse período de tempo foi rico no que se refere a organizações populares (sindicatos), que clamavam pela volta ao padrão democrático. Na comemoração dos 16 anos de intervenção militar, em 1980, no governo de João Figueiredo (1918-1999), uma página inteira do jornal foi dedicada ao tema, com títulos de impacto positivo a respeito do governo, como podemos perceber abaixo:

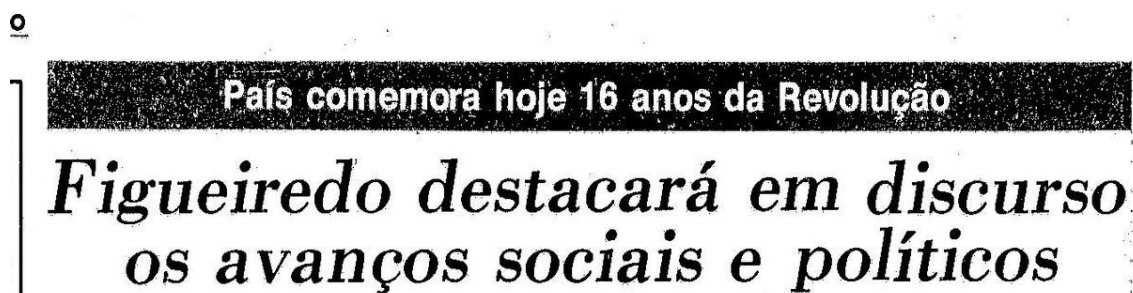


Figura 2: Pronunciamento do presidente João Figueiredo no 16º aniversário (1980) do Golpe de 1964
Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 31/03/1980. p. 4

Antonio Carlos aponta os êxitos da Revolução

Figura 3: Pronunciamento de Antônio Carlos Magalhães, governador da Bahia, sobre os “êxitos” do Golpe de 1964
Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 31/03/1980. p. 4

Aeronáutica mostra a evolução do movimento de 64

Figura 4: Pronunciamento da Aeronáutica
Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 31/03/1980. p. 4

Marinha: Regime será aperfeiçoado

Figura 5: Pronunciamento da Marinha
Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 31/03/1980. p. 4

Exército deseja clima de harmonia e tranquilidade

Figura 6: Pronunciamento do Exército

Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 31/03/1980. p. 4

Surpreende o cultivo de afeições ao regime por parte do jornal. Os títulos em destaque dão a percepção de harmonia entre o governo e o povo. Podem-se perceber três eixos presentes nas matérias apresentadas: 1) a atuação partidária (ao regime); 2) o gerenciamento (da opinião pública); e a ação pedagógica (do jornal) (SILVA, 2005, p. 31). O partidarismo fica nítido na medida em que O Globo não só reproduz em suas páginas posições pró-governo mas, também, procura gerenciar o modo de pensar de seus leitores, afinando-os com a linha editorial do jornal. Isso só é possível pelo seu poder pedagógico, não de ajudar a formar opiniões, mas de dar “opiniões formadas” e fechadas ao seu campo ideológico.

Em nota editorial intitulada o “Reencontro Democrático”, O Globo demonstrou sua posição de apoio ao governo (mesmo de forma velada) na comemoração do 16º aniversário do Golpe, em 1980, no governo Figueiredo:

O MERITO institucional da Revolução de 1964 pode ser visto principalmente no fato de que comemora o seu 16º aniversário em pleno clima da abertura democrática, dentro do qual se considera identificada e realizada.

A ABERTURA não representou, assim, uma etapa de esgotamento e de decrepitude do movimento que assumiu os destinos do País para combater a subversão a corrupção e o caos econômico [...].

O que o EX PRESIDENTE Geisel fez na sua histórica decisão foi retomar o projeto político original da **liderança revolucionária**, que era o **de corrigir as deformações os descaminhos e os vícios da democracia brasileira** pós-1945, chegamos a níveis críticos sob o governo João Goulart, e **devolver aos brasileiros um regime purificado e estável** (O GLOBO, 1980a, p. 4, grifos nossos).

A matéria trata do processo de reabertura do país e dos compromissos assumidos por Geisel com a estratégia “lenta, gradualista e segura”, isto é, “sem abrir mão de mecanismos de segurança”, seu governo “promoveu iniciativas democratizantes e, em outros, afirmou-se como responsável pela repressão” (FICO, 2019, p. 95). Nesse sentido, “o governo leva em conta as reivindicações, pressões e urgências da sociedade, porém não perde o controle do processo” (O GLOBO, 1980a, p. 4). Portanto, aqui há uma demonstração de afinação entre o governo dos militares e O Globo e, sobretudo, a manifestação da “revolução passiva” (revolução-restauração) no processo de *aggiornamento* do Estado brasileiro entre 1964-1985, que responde a algumas reivindicações populares, porém mantém com maior vigor as posições e interesses elitistas.

Também é importante notar no editorial, que essa teia ideológica discursiva adotada para dar o golpe na democracia, historicamente, tem raízes no anticomunismo, para destituir o governo Jango. Anteriormente também não foi diferente, Vargas golpeou a democracia para se perpetuar no poder, de 1937-1945, com a ditadura do Estado-Novo, com retórica parecida, ou seja, contra os comunistas e seu Plano Cohen⁸, que foi elemento justificador do golpe varguista.

As páginas de O Globo no período da Ditadura enfatizavam o pensamento dos militares de que a intervenção foi “para a normalização da vida nacional”. Referindo-se ao governo Jango, acrescentou: “aqueles momentos dramáticos pertencem ao passado e não retornarão” (O GLOBO, 1980c, p. 4). O discurso de ordem também foi utilizado como uma necessidade para a “restauração da ordem econômica e social” (O GLOBO, 1980c, p. 4) e, sobretudo, os seus “objetivos maiores da própria Revolução: o aprimoramento das instituições, a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento econômico” (O GLOBO, 1980a, p. 4).

O Globo, em uma visão retrospectiva, foi um APH do governo dos militares. Já no processo de abertura/redemocratização suas posições políticas continuaram afinadas com uma política voltada à direita. Por exemplo, nas eleições para governadores, em 1982, O Globo fez oposição a Leonel Brizola (1922-2004) (crítico contundente da Ditadura Militar) que, à época, veio a ser governador do Rio de Janeiro (COSTA, 2013, p. 136). Segundo Costa (2013, p. 136), “com a esquerda vencendo os militares nas eleições de governadores, as pessoas foram às ruas para lutar pela eleição direta também para presidente, no movimento que ficou conhecido como Diretas Já.” Portanto, “foi só em 1983 que Roberto Marinho começou a mudar os rumos de seus compromissos políticos por pressão popular” (COSTA, 2013, p.137). Assim, “passou, então a apoiar a candidatura moderada de Tancredo Neves (PMDB) contra Paulo Maluf (PDS)” (COSTA, 2013, p.138), que não tinha nada de progressista nas suas opções políticas, na melhor das hipóteses eram, aparentemente, “moderadas”. Para concluir o envolvimento do jornal com a Ditadura:

O Globo esteve do lado dos militares no Golpe de 1964. Para tal conclusão contribuem não apenas o destaque dado ao golpe militar e ao governo de exceção, ao longo dos 21 anos de sua duração. Leva-se em conta, também, a maneira como o tema sempre foi tratado pelo jornal, com a **exaltação da chamada revolução, de seus líderes e a reprodução do discurso do governo de exceção**. Tamanha a notoriedade de tal apoio, que **o jornal não teve outra saída, em 2013**, que não fosse afirmar em um

⁸ Na realidade o Plano Cohen foi uma invenção dos militares, juntamente com Vargas para legitimar as intervenções arbitrárias e aniquilamento dos seus opositores “comunistas”, com o discurso de que os mesmos planejavam infiltrar no aparelho de Estado e tomar o poder. Esse falseamento da história deu subsídio para o governo varguista dar o golpe na democracia, em 1937, alegando que era para proteger o país do comunismo.

Editorial que aquele posicionamento foi um **erro** (COSTA, 2013, p.140, grifos nossos).

Fundamentado na discussão sobre o percurso histórico de O Globo e de suas opções políticas no decorrer desse processo, o jornal, historicamente, esteve alinhado ao governo dos militares e, posteriormente, cultivando afeições pela direita após a redemocratização. Como aponta sua postura: pró-Sarney (1984), pró- Collor (1989), pró-Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) (COSTA, 2013, p. 140). Desse modo, constatamos o seu perfil ideológico, sua influência na opinião pública e seu anticomunismo. Esse último aspecto ainda será tema de nossa abordagem no próximo tópico, no qual buscamos averiguar as representações do socialismo cubano nas páginas do O Globo.

O perigo também vem de fora: o socialismo cubano nas páginas de O Globo

As décadas de 1970 e 1980 marcaram um momento decisivo na história brasileira por causa do processo de “abertura”/redemocratização e as lutas da sociedade civil, bem como demonstrou as “Diretas Já”, que tinha tomado conta das ruas em 1984, com o propósito de protestar em favor das eleições diretas. Foram feitas manifestações por todo o país, com destaque para as realizadas em 10 de abril de 1984, no Rio de Janeiro, e em 16 de abril do mesmo ano, em São Paulo.

Não se pode perder de vista que o fim do século XX foi o momento do desmanche do bloco soviético e de reestruturação do capitalismo com a crise do fordismo. O Brasil não ficou imune a essas transformações. A imprensa foi precisa nas demonstrações e inclinações que procuravam “enterrar” o socialismo e fortalecer o capitalismo. Posto isso, a imprensa trabalhou em cima do enfraquecimento da URSS, que estava com uma “economia em visível declínio” (HOBSBAWM, 2019, p. 459). Nessa ótica, sobre a derrocada soviética havia:

[...] uma intensa ação mundial em torno da “idéia de consenso”, que é simplificada como: o capitalismo ganhou a Guerra Fria, portanto, a esquerda estaria fora de órbita. Por isso, o discurso “vencedor” passa a ter o benefício de ser o único autorizado. É a prática do Pensamento Único, que busca impor, artificialmente, a idéia de “consenso da opinião pública” em torno da própria história vivida (SILVA, 2005, p. 24).

Percebe-se o discurso de Francis Fukuyama, a “‘grande narrativa’ do ‘fim da história’” (WOOD, 2011, p. 13), triunfo do capitalismo, que, por sua vez, passava pela reorganização do Capital, onde:

Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegam ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) era os mais destacados (HOBSBAWM, 2019, p. 245).

Dentro desse contexto, encontrava-se o Brasil, no momento de crítica da fórmula econômica keynesiana do *Welfare State*⁹, do *New Deal*¹⁰ norte-americano e o aparecimento do neoliberalismo nas teorias de Friedrich V. Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006). O Globo se alinhou a esse movimento de fortalecer o capitalismo e demonstrar a decadência do socialismo da URSS e, sobretudo, os “problemas” do socialismo cubano. Há uma postura aparentemente “moderada” pós-redemocratização por parte do jornal em relação ao modelo adotado nos anos da Ditadura Militar, mas o anticomunismo não deixou de ser tema de pauta em suas páginas. No primeiro dia do ano de 1989, já estava voltado a criticar o regime de Fidel Castro (1926-2016), como demonstra os títulos publicados em uma página inteira:



Figura 7: Título de editorial

Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 01/01/1989, p. 19

A intervenção de Cuba nas guerras em todo o Mundo

Figura 8: título de matéria criticando o internacionalismo de Fidel Castro

Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 01/01/1989, p. 19

Dinheiro existe em Cuba, mas não há o que comprar

Figura 09: título de matéria voltada às dificuldades econômicas de Cuba

Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 01/01/1989, p. 19

⁹ Em português: Estado de Bem-Estar social. É um modelo econômico em que o Estado promove políticas públicas a partir de sua intervenção na regulação da economia, visando o bem estar social de sua população. Modelo esse de forte impacto na Era de Ouro do capitalismo (HOBSBAWM, 2019, p. 245).

¹⁰ Foi um programa econômico proposto por Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), entre os anos de 1933 e 1937. O objetivo era reformar a economia norte-americana arruinada pela Crise de 1929\Grande Depressão.

Religião resiste na ilha socialista

Figura 10: título de coluna sobre a religião em Cuba
Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 01/01/1989, p. 19

Não há críticas autoritárias ao regime castrista, porém, nota-se que nas entrelinhas dos títulos há uma desaprovação por parte de O Globo sobre o socialismo cubano. O jornal expõe todos os seus problemas do regime cubano para que seu leitor possa perceber as “fragilidades” desse modelo de governo:

HAVANA – Já quase no final da década de 80 Cuba está numa encruzilhada. Por ser socialista, é um aliado natural da União Soviética. Por ser um país pobre do Terceiro Mundo, é um peso que Mikhail Gorbatchov não quer continuar a carregar, com intermináveis injeções financeiras. Por estar ao lado dos Estados Unidos, continua sendo considerada uma ameaça. E por ter 10 por cento de sua população de seus dez milhões de habitantes vivendo em território americano e contribuído para a campanha do recém-eleito Presidente George Bush, está sujeita a pressões (O GLOBO, 1989a, p. 19).

Essa espécie de discurso engendrado pelo jornal procurava criar um ambiente de aversão ao regime socialista, na medida em que enfatizava a série de problemas enfrentados pela administração de Castro. Isso era um pretexto para o leitor médio brasileiro desaprovar o socialismo cubano, ainda mais em uma época de alta do neoliberalismo no Brasil, no pós- crise do fordismo das décadas de 1970-1980. A crítica não era dirigida a destruir o socialismo cubano com armas, mas por meio da retórica ideológica criada pela supremacia do capitalismo. Com o enfraquecimento da URSS, a *perestroika* (“reconstrução”) e a *glasnost* (“transparência”), proposta por Gorbatchov foi motivo para que o dirigente russo ficasse bem-visto no Ocidente e Castro foi pressionado a fazer o mesmo. Como destacado nas páginas do jornal, em 02 de janeiro de 1989:

16 • O MUNDO

O GLOBO

Segunda-feira, 2 de janeiro de 1989

‘Perestroika’ dificilmente chegará a Cuba

Figura 11: Título de página do jornal
Fonte: Arquivo Digital do O Globo, 02/01/1989, p. 16.

O título por si só, já traz a tona o conteúdo do texto. “Assim, enquanto Gorbatchov cedia mais espaço a iniciativa privada, Fidel implementava sua política de ‘retificação de erros’, fechando os mercados livres que conspiravam contra os princípios da revolução” (O GLOBO, 1989, p. 16). O jornal procurou criar uma imagem positiva do dirigente russo, como disse o jornal, a partir de 1986: “anunciou sua decisão de reconstruir a economia para acabar com a ineficiência, a burocracia e a corrupção” (O GLOBO, 1989, p. 16). Portanto, Castro, ao adotar uma postura diferente de Gorbatchov foi criticado, principalmente por ser um momento de “baixa” do socialismo no mundo com a decadência e, conseqüentemente, desintegração da URSS (posteriormente, em 1991). Em artigo de Mônica Yanakiew, “*Perestroika* dificilmente chegará a Cuba”, um componente da construção desses personagens é nítido nessa passagem:

Fidel insiste na teoria do internacionalismo: enviou soldados a Angola, para ajudar o país a defender-se dos guerrilheiros da Unita e das tropas da África do Sul, e manteve sua decisão de ajudar o governo sandinista da Nicarágua a combater os “contras”, apoiados pelos Estados Unidos. Gorbatchov está mais interessando em negociar com os Estados Unidos a paz nas regiões de conflito, como no Afeganistão e no Oriente Médio (YANAKIEW, In: O GLOBO, 1989b, p. 16).

Como demonstra o trecho supracitado, o internacionalismo castrista era objeto de crítica nas páginas do jornal. Porém, Gorbatchov tinha um saldo positivo no mundo Ocidental pela sua postura de não criar conflitos frente ao projeto hegemônico norte-americano, que fazia (e faz) uma política imperialista. Nessa esteira, a imprensa tradicional, historicamente, tem sido dirigida para legitimar demandas e interesses das classes dominantes, até mesmo dando a notícia, no entanto, carregada de conteúdo ideológico alinhado com a concepção de mundo elitista.

A produção político-ideológico feita pelas elites dirigentes procuravam “articular e organizar os seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade” (DREIFUUS, 1986, p. 24). Ou seja, O Globo, mesmo após a Ditadura, continuou a ser um APH alinhado ao pensamento elitista, então colaborando para a criação, disseminação de uma visão de mundo, que influenciasse a opinião pública. Sobre essa questão, Dreifuss (1986, p. 142) sublinhou que “a elite orgânica desenvolveu uma ampla companhia, através da mídia e de outros meios, visando à manipulação da opinião pública em geral [...], buscando forjar estes interesses numa força política ‘para si’”. Nesse aspecto, na grande mídia não era raro ver frases de impacto negativo associadas à imagem de Castro, a título de exemplo: “para expandir a Revolução Cubana, Fidel mandou seus soldados para a África, depois de malogradas tentativas de derrubar governos na América” (O GLOBO, 1989, p.16). É interessante notar que nas fontes em que analisamos os discursos favoráveis a Ditadura Militar não há menções de intervenção

norte-americana na política externa brasileira ou latino-americana, como se encontra em Moniz Bandeira (2009), Dreifuss (1986), Hobsbawm (2019), etc.

Criar antagonismo entre capitalismo e comunismo, mesmo de forma dita “neutra”, foi elemento fundamental encontrado pelo O Globo para tecer críticas ao regime castrista. Como, por exemplo, no título de matéria, “Na luta contra Batista, a semente da revolução cubana”. No texto não há uma menção sobre Fulgêncio Batista (1901-1973) como ditador apoiado pelos EUA, mas é possível encontrar passagens enfatizando a chegada de Castro ao poder. Como afirmou o jornal, “julga e fuzila 400 membros do regime deposto” (O GLOBO, 1989c, p.16). A intervenção contínua e ameaças de invasão a ilha caribenha aparecem de forma “mascaradas”, como podemos ver nas páginas de O Globo: “a hipótese de um confronto armado faz parte do cotidiano dos cubanos. Desde a posse de Ronald Regan como presidente dos EUA, em 1981, decidiu-se a organizar milícias em todo o país” (O GLOBO, 1989d, p.16). No entanto, percebe-se que a ideologia opera criando uma imagem de um Castro bélico, porém, não há crítica à maneira que os EUA se postavam a respeito de Cuba.

O jornal reproduziu em sua matéria, até mesmo, uma piada feita sobre Castro, a respeito da *perestroika*:

Enquanto os cubanos esperam por uma “*perestroika*” que não virá, divertem-se nas longas filas de frente às lojas contando a piada de Fidel no barbeiro. Um dia Fidel foi aparar o lado da barba, e o barbeiro sussurrou no ouvido: “*perestroika*”. A mesma coisa ocorreu na semana seguinte, e Fidel, curioso, quis saber porque repetia essa palavra em seu ouvido. O barbeiro respondeu: - É a única palavra que faz seu cabelo ficar em pé. E isso facilita meu trabalho (O GLOBO, 1989b, p.16).

O que surpreende não é tanto a dita “piada”, mas a forma que de O Globo expor ao seu público a necessidade de Cuba seguir os caminhos de Gorbatchov e da URSS com a *perestroika*, ou seja, aderir ao mundo capitalista. Portanto, o seu leitor vê Cuba a partir das “lentes” do neoliberal da década de 1980. Uma visão uniformizada e de uma defesa incontestável do capitalismo e de um anticomunismo pujante nesse período.

Nota-se que “aquele que narra, que descreve, que opina, tem o poder de propor interpretações, o que acaba assumindo um ‘caráter oficial’” (SILVA, 2005, p. 35) sobre os fatos, onde os jornais/revistas dizem estar informando o seu leitor. Mas afinal de contas, o leitor praticamente não existe, o que prevalece é a versão dos fatos criados pelos jornais/revistas. Nesse sentido, a ideologia explica como a opinião pública é manipulada pelos veículos de comunicações pois, baseado em uma orientação ideológica, dizem aos leitores “o que devem pensar e como devem pensar o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ, 2016, p. 108).

Portanto, O Globo em suas matérias apontava as “falhas” de Castro e a “ineficiência” do socialismo cubano. Essa era a explicação “racional” que aparecia em suas páginas, sem levar em consideração as outras variáveis, bem como o embargo econômico, o isolamento diplomático e as constantes ameaças de intervenções por parte dos EUA, não para corrigir os “erros” do castrismo, mas para alinhar Cuba ao mundo capitalista e, sobretudo, para que ela deixasse de ser outro modelo de vida social, político e econômico, possivelmente viável que ameaçasse a ordem vigente mundial.

Considerações Finais

Em linhas gerais, nosso artigo empreendeu um estudo acerca do anticomunismo no jornal O Globo. Portanto, fez-se necessário uma análise passando por três frentes: primeiro, fazendo uma contextualização da Guerra Fria na América Latina, do período do governo dos militares; segundo, uma recuperação da época histórica do surgimento do jornal e de seu desenvolvimento e envolvimento político com os setores conservadores e elitistas da sociedade brasileira; terceira, o discurso ideológico de deslegitimação e esvaziamento do socialismo cubano e na direção oposta, o jornal enaltecia o capitalismo como a única opção viável de organização da vida social e econômica, assim, procurando hipertrofiar tal sistema.

Por fim, fundamentado no conceito gramsciano de APH, problematizamos O Globo como um aparato com inclinações elitistas e conservadoras que, por sua vez, cultivava afeições ao poder do Estado e da burguesia nacional. A partir da hipótese colocada no início desse trabalho, constatamos que o jornal foi um APH, no qual havia uma postura pró-capitalismo e, por outro lado, um anticomunismo contundente em suas páginas. Nessa perspectiva, criando a “ideia de consenso geral” em torno do capitalismo e de legitimação da prática do “pensamento único”, isto é, que não há alternativa ao *status quo* vigente.

THE “ANTICOMMUNISM INDUSTRY”: THE MILITARY DICTATORSHIP AND CUBAN SOCIALISM IN THE PAGES OF O GLOBO (1965-1989)

Abstract: This article has as its object of study the newspaper O Globo, between the years 1965-1989, which marked the period of strong political-ideological clashes of the Cold War (1947-1991) in Latin America and Brazil. In this perspective, our objective was to investigate the newspaper and its inclinations. Our hypothesis: its circulations characterize as a recipient through which the elitist thought is described, in which the discourse of legitimization of capitalism and disarticulation of the socialist/communist model had a prestigious place in its. Our main source comes from the newspaper's own collection. For a problematization from the documentary corpus, we use the Gramscian concept of “apparatus private of hegemony” (APH). Therefore, in this investigation itinerary we identify his bourgeois thought and, above all, his anti-communism.

Keywords: O Globo. Anticommunism. APH. Military Dictatorship. Cuban socialism.

LA “INDUSTRIA DEL ANTICOMUNISMO”: LA DICTADURA MILITAR Y EL SOCIALISMO CUBANO EN LAS PÁGINAS DE O GLOBO (1965-1989)

Resumen: Este artículo tiene como objeto de estudio el diario o Globo, entre los años 1965-1989, que marcó el período de fuertes choques político-ideológicos de la Guerra Fría (1947-1991) en América Latina y Brasil. En esta perspectiva, nuestro objetivo fue investigar el periódico y sus inclinaciones. Nuestra hipótesis: sus circulaciones se caracterizan como un recipiente a través del cual se describe el pensamiento elitista, en el cual el discurso de legitimación del capitalismo y desarticulación del modelo socialista/comunista tuvo un lugar prestigiado en su interior. Nuestra principal fuente proviene de la propia colección del periódico. Para una problematización desde corpus documental, utilizamos el concepto gramsciano de “aparato privado de hegemonía” (APH). Por tanto, en este itinerario de investigación identificamos su pensamiento burgués y, sobre todo, su anticomunismo.

Palabras llave: El Globo. Anticomunismo. APH. Dictadura Militar. Socialismo cubano.

Referências**Fontes primárias (Acervo Digital O Globo)**

A BOLCHEVIZAÇÃO. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 23, 1 de janeiro de 1965b.

ANTONIO Carlos Lacerda aponta os êxitos da Revolução. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 4, 31 de março de 1980b.

AMEAÇA para os EUA, peso para URSS. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 16, 1 de janeiro de 1989a.

EXALTADA a Revolução em todo o país. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 23, 1 de janeiro de 1965a.

FIGUEIREDO Destacará Em Discurso Os Avanços da Revolução. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 4, 31 de março de 1980c.

LIÇÕES de luta desde o primário. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 16, 2 de janeiro de 1989.

MARINHA: regime será aperfeiçoado. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 4, 31 de março de 1980d.

NA LUTA contra Batista, a semente da revolução cubana. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 16, 2 de janeiro de 1989c.

REENCNTRO democrático. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 4, 31 de março de 1980a.

YANAKIEW, Mônica. “Perestroika” dificilmente chegará a Cuba. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 16, 2 de janeiro de 1989b.

Bibliografia

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. 2º ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.

DREIFUSS, René. **A Internacional Capitalista**: estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918–1986. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.

COSTA, Edwaldo. **A Ditadura Brasileira No Tempo**: Um estudo dos discursos do jornal o globo em 1964/1985 e 2014. Tese (doutorado em Comunicação e Semiótica) PUC-SP, São Paulo-SP, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4672> . Acesso: 25/jan./2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O Que É Ideologia**. 2 ed. e 17ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2016.

ECO, Humberto. **O Fascismo Eterno**. 5º ed. tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2019.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. 1ª ed. e 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro; Ed. UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: O Risorgimento**. Notas sobre a história da Itália. v. 5, Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. **História Fetichista**: o aparelho de hegemonia filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia *Convívium*. Anápolis: Ed. UEG, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2ª ed. e 61ª reimpressão, tradução de Marcos Santarrita e revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RIBEIRO, Marcos Vinícius. **A História da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as Ditaduras de Segurança Nacional (1972-1979)**. 2018. 323 p. Tese (Doutorado em História) UNIOESTE, Campus Marechal Cândido Rondon-PR. Disponível em :http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4151/5/Marcos_Ribeiro_2018.pdf . Acesso: 12 jan. 2022.

SILVA, Carla Luciana Souza. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. 2005. p. 658. Tese (doutorado em História) UFF. Niterói. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/508.pdf> . Acesso 19 dez. 2021

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. A Indústria do Anticomunismo. **Anos 90**, Porto Alegre, s. v. nº 15, p. 71-91, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6613> . Acesso: 09 de jan. de 2022.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. **Lócus revista de história**, Juiz de Fora, v. 30, n. 1, p. 17-27, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6613> . Acesso: 09 jan. 2022.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013. Disponível em :<https://www.scielo.br/j/topoi/a/szkYRxbMSbvn5SCrHrd7MsL/?lang=pt> . Acesso: 12/fev./2022.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e revisão de Sandra Regina de Souza e Maurício Balthazar Leal. São Paulo: Boitempo, 2011.

SOBRE O AUTOR

Iago Brasileiro da Silva Rocha é mestre em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); membro do Grupo de Pesquisa "Capitalismo e História: Instituições, Cultura e Classes Sociais" (CNPq/UFG).

Recebido em 05/06/2022

Aceito em 30/11/2022